

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

A "dupla-tradução" como possível referencial teórico-metodológico em Teoria e Pensamento Político

Mariana El Khoury, Igor Marqueline

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13289>

Submetido em: 2025-09-09

Postado em: 2025-09-12 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A “DUPLA-TRADUÇÃO” COMO POSSÍVEL REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO EM TEORIA E PENSAMENTO POLÍTICO

Mariana El Khoury

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0678-999X>

<elkhouryoliveira@gmail.com>

Universidade Estadual de Campinas. Amparo (SP), Brasil

Igor Marqueline

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6339-5802>

<igormarqueline@gmail.com>

Universidade Estadual de Campinas. Amparo (SP), Brasil

RESUMO: Este trabalho consiste na proposta de uma nova chave interpretativa, a “dupla-tradução”, intimamente vinculada à tradução gramsciana. Para chegar a este ponto, realizamos extensa revisão bibliográfica que permitiu a identificação de três principais articulações teórico-metodológicas da tradução: a primeira, que a percebe como mediação entre culturas; a segunda, como violência; e a terceira, como um processo de transformação. Destas, a perspectiva gramsciana demonstrou-se mais adequada ao processo que buscamos evidenciar na interação dialógica e dialética entre culturas distintas, com diferentes relações de poder estabelecidas interna e externamente. No entanto, percebemos uma lacuna: os usos da tradução mantêm uma relação vertical entre Norte e Sul Global, o que impossibilita a compreensão de como o centro reelabora e reinterpreta as traduções periféricas. Buscamos demonstrar a potencialidade da “dupla-tradução” para a construção de pesquisas que procurem evidenciar este último aspecto.

Palavras-chave: tradução, tradução cultural, circulação de ideias, dupla-tradução, pensamento político.

“DOUBLE-TRANSLATION” AS A POTENTIAL THEORETICAL-METHODOLOGICAL FRAMEWORK IN POLITICAL THEORY AND THOUGHT

ABSTRACT: This paper proposes a new interpretive framework, “double-translation,” which is deeply connected to the Gramscian concept of translation. To develop this proposal, we conducted an

extensive literature review that allowed us to identify three main theoretical-methodological articulations of translation: the first, which sees it as a mediation between cultures; the second, as violence; and the third, as a process of transformation. Among these, the Gramscian perspective proved most suitable for capturing the dynamic we seek to highlight — the dialogical and dialectical interaction between distinct cultures, shaped by internal and external power relations. However, we identified a critical gap: the uses of translation tend to maintain a vertical relationship between the Global North and Global South, making it difficult to understand how the center appropriates and reinterprets translations from the periphery. We aim to demonstrate the potential of "double-translation" as a tool for research that illuminates this very phenomenon.

Keywords: translation, cultural translation, circulation of ideas, double-translation, political thought.

INTRODUÇÃO

A tradução se transformou em um sofisticado objeto de análise epistemológica, passando da simples transferência de palavras de um idioma a outro a um complexo ato de comunicação envolvendo a reelaboração ou recodificação de materiais culturais entre realidades sociais e histórico-políticas distintas. As discussões passaram a incorporar as negociações entre culturas com o intuito de tecer uma compreensão mútua entre elas. Além de um complexo ato de comunicação, a tradução se apresenta também como um espaço de conflito político, através do qual se torna possível observar e analisar relações de poder assimétricas — uma vez que a prática de sujeição, e mesmo de construção de sujeito/objeto, passam pela coercitividade gestada pelas relações de dominação entre as culturas.

Tendo identificado através de uma extensa revisão bibliográfica algumas formas de pensar a tradução, neste breve ensaio buscamos apresentar três diferentes usos deste conceito: a tradução como mediação; a tradução como violência; e a tradução como transformação, para propor uma quarta aplicação possível: a “dupla-tradução”.

Vale ressaltar que a tradução enquanto prática estritamente literária não será considerada, privilegiando suas contribuições como instrumento teórico-metodológico de análise na História do Pensamento Político e, sobretudo, em suas dimensões políticas. A centralidade de nossa análise está em compreender como o processo de tradução, em seus diferentes usos, passa a articular uma gramática política própria, propiciando um espaço de criação e/ou resignificação de conceitos e, principalmente,

de reelaboração criativa (no limite, recriando) estratégias políticas de tempos históricos e localidades distintas.

I. A TRADUÇÃO COMO MEDIAÇÃO

Uma perspectiva fundamental para começar a articular as formas de pensar a tradução é a identificação de desníveis de poder e, conseqüentemente, de hierarquizações e de relações de dominação entre distintas culturas, já que a tradução implica em uma comparação entre elas para que a comunicação seja possível. Existe, portanto, uma relação intrínseca entre a tradução, a comparação e as relações sócio-políticas de duas ou mais culturas. Assim surge uma questão que angustiou todos que se dedicaram a pensar a tradução: existem aspectos de uma sociedade que não são traduzíveis a outra? Ou, ainda, o que torna a tradução possível?

Para respondê-las de forma satisfatória, Howland (2003), apoiado nas leituras de Lydia H. Liu e Naoko Sakai, sugere que a tradução seja pensada como uma prática histórica e política que busque a construção e expressão de significados em contextos interculturais levando em conta seus múltiplos sentidos históricos, tratando-a como um evento material e específico, historicamente localizado — e não de forma metafórica. Essa percepção se deve aos estudos realizados por culturas políticas com longas tradições de escrita e com estruturas de poder verticalizadas, como China e Japão, que entendem a tradução a partir da mediação ou como explicação da diferença entre as culturas.

Nesses países, a comunicação dual articulada pela tradução tem como função a mediação entre culturas com estruturas de poder similares. O intercâmbio epistolar entre os autores chineses Qu Qiubai¹ e Lu Xun² (2021 [1931-1932]) exemplifica esse ponto de vista: pensando a tradução de conceitos ocidentais, em especial a partir da Revolução Russa (1917) e das publicações de Plekhanov³,

¹ Qu Qiubai (1899-1935) foi um escritor e poeta chinês. Trabalhou também com a tradução em francês e russo. Nos anos 1920 e 1930, foi uma importante liderança do Partido Comunista Chinês.

² Lu Xun (1881-1936) foi um escritor chinês, fazendo parte do grupo de intelectuais vinculados ao Partido Comunista Chinês. Foi um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da literatura moderna em seu país.

³ Gueorgui Plekhanov (1856-1918) foi um revolucionário e filósofo russo, responsável por uma vasta obra de aplicação do marxismo às questões sociais, políticas, culturais e econômicas em seu país. Tornou-se conhecido como “pai do marxismo russo”.

buscaram a criação de um novo vocabulário político que, por sua vez, seria capaz de gestar um novo mundo. Nas palavras de Lu Xun,

Translation can certainly help us to create new worlds, new syntax, and a rich lexicon with expressions that are subtle, precise and correct. But as we struggle to create a new, modern Chinese language and to introduce the language of a new culture to the masses, we must also insist that our translations are absolutely correct and absolutely Chinese in the vernacular (LU Xun, 2021 [1931], p. 107).

A nova tradução não poderia ser literal, pois os conceitos e as palavras ainda precisavam ser criados — assim, a tradução não poderia priorizar a fidelidade ao texto original, já que não haviam palavras para o que era necessário dizer, mas deveriam ser fiéis ao seu conteúdo e ao seu significado enquanto eram criadas.

Outro aspecto importante considerado por Qu Qiubai e Lu Xun foi *para quem* se estava traduzindo, uma vez que as hierarquias e as relações de poder não se estabelecem apenas entre culturas distintas, mas também internamente. A identificação de três tipos de público acarretaria em três formas possíveis de tradução: ao primeiro grupo, daqueles que têm dificuldade na leitura, a tradução deveria englobar outros aspectos da comunicação, como pinturas, palestras, performances e filmes; ao segundo, dos alfabetizados ou letrados⁴, a tradução precisaria ser mais “fluida”, encorajando a leitura e familiarizando este grupo com os novos termos; ao terceiro, os estudados, a função era mais complexa, a tradução deveria articular a fidelidade a ambos os contextos explicitando a conformação dos novos termos.

A concepção do papel do tradutor como mediador só é possível entre culturas com estruturas de poder verticalizadas historicamente estabelecidas e com longa tradição de escrita (Howland, 2003, p. 48), construindo uma ponte que permite o diálogo e a reelaboração não apenas de idiomas, mas também de formas de ação política antes inviáveis. Nesse sentido, a tarefa do tradutor é mediar os significados das palavras entre as culturas: o tradutor ocupa uma posição de ambiguidade, tornando-se um intérprete que reconhece, a princípio, a incomensurabilidade entre o remetente e o destinatário e estabelece um contato entre ambos que emenda a fenda entre as culturas.

⁴ Consideramos que “alfabetizados” ou “letrados” se encaixam melhor como tradução da palavra “literate”, no contexto do texto original.

O que fazer quando essa mediação necessariamente passa pela violência?

II. A TRADUÇÃO COMO VIOLÊNCIA

Em sociedades que passaram pelo violento processo de colonização, o processo de tradução é ainda mais intrincado, uma vez que “(...) the colonial powers forced their subjects to “translate” their local language, sociality, or culture into the terms of the dominant colonial power” (Howland, 2003, p. 47). O controle sobre a linguagem, a sociabilidade e a cultura implicam também no domínio das formas de representação, de identidade e da formação de “sujeitos”. A tradução, como atividade colonizadora, permitiu a separação dos povos autóctones de seu idioma original. A subjugação se dá em todos estes níveis, impossibilitando a agência dos povos colonizados. É a partir destes princípios que os pensadores vinculados à tradição pós-colonial pensam o processo de tradução entendida como violência.

A formação do grupo dos *Subaltern Studies* nos anos 1980 tinha como intuito principal pensar os problemas contemporâneos da Índia colonial. Inicialmente calcados no marxismo, passam à tentativa de superação das reconhecidas “inadequações teóricas” (Góes, 2016, p. 100) e estratégicas dessa tradição política para os movimentos de libertação nacional no século XX. O ecletismo teórico e a tensão crítica com o marxismo permitiu uma reelaboração radical das identidades sociais, da produção e das formas de conhecimento atravessadas pelo colonialismo através da análise das dinâmicas de poder das culturas pós-coloniais (em especial, a indiana) por meio da tradução.

O argumento de Tejaswini Niranjana, em seu reconhecido *Siting Translation* (1992), é de que a tradução produz estratégias de contenção através da elaboração de modos de representação do Outro que implicam em um condicionamento sócio-político, reforçando a forma de representação hegemônica do sujeito colonizado. Nesse sentido, a tradução poderia ser utilizada em diferentes tipos de discurso — filosófico, historiográfico, educacional — para renovar e perpetuar aspectos da dominação colonial.

O filósofo anglo-ganês Kwame Appiah, em *Thick Translation* (2021 [1993]), parte da análise da tradução literária para chegar em seus termos políticos. O autor concluiu que a tradução e a teorização do significado não poderiam ser unificadas. O que se traduz seriam enunciados que, por sua vez, se constituiriam como produtos de ação — compreender as motivações do agente da fala tornaria-se,

assim, um processo necessário e complexo. Os enunciados, constitutivos do discurso, são marcados por convenções linguísticas que associam as palavras às crenças comunicadas por meio dos atos de fala, são performáticos e representam práticas sociais e discursivas. Para pensar a tradução politicamente, Appiah (2021 [1993]) diferencia entre “*fine translation*” e “*thick translation*”: a primeira buscaria realizar fielmente a tradução literal de um texto, e a segunda, proposta pelo autor, tem como objetivo incorporar o texto em seu contexto cultural e linguístico através de anotações do tradutor. Isso se deve à compreensão de Appiah sobre o significado político da tradução, conectando o texto de partida e de chegada às assimetrias da economia política e cultural.

Na mesma linha, em *The Politics of Translation* (2021 [1992]), Gayatri Spivak delimita a importância da tradução em seu aspecto propriamente político, entendendo a linguagem como o processo de construção de significados comuns e de si próprio, o que, por consequência, produz identidade. A questão principal seria, portanto, como construir identidades capazes de se desvincular do violento processo de colonização? Para Spivak e para os intelectuais vinculados ao pós-colonialismo (de forma mais generalizante), não seria possível — Tejaswini Niranjana (1992), por exemplo, aponta para o projeto colonizador e sua articulação com a tradução, compreendida como uma forma de racionalização da dominação, através da descrição pejorativa e discriminatória destes povos, inscrevendo ao colonizado a imagem construída pelo colonizador. As traduções, assim, permitem a interiorização desse tipo de representação depreciativa dos sujeitos colonizados por meio da absorção obrigatória do idioma de seu dominador.

Como tradutora, o lugar de Spivak é privilegiado para a análise do processo de tradução em todas as suas facetas. A tradução, assim como a identidade, se define pela diferença em relação ao “original” (Spivak, 2001). Em *Translation as Culture* (2010), a autora se apoia em Melanie Klein para argumentar que a tradução seria mais profunda, inevitável e incessante, realizada por todos e constitutiva do sujeito humano. Emprestando e elaborando sobre as propostas de Klein, Spivak propõe pensar a transcodificação e a tradução como atos incessantes e alternados que se manifestam através da

violência geral da culturização (*culturing*)⁵ do que é reconhecidamente político. Sobretudo, Spivak se localiza nesse processo, identificando na tradução um ato de reparação para com a língua materna e enfatizando a importância de “ouvir para responder”⁶ como um imperativo para traduzir, em especial quando nos referimos às línguas “nativas”.

Na análise de uma apropriação esgarçada dessa concepção de tradução, Annie Brisset (2021 [1990]) pensa sobre a reivindicação da diferenciação entre o francês na França e o francês de Québec — entendidos como o mesmo idioma, mas não necessariamente a mesma linguagem. Aqui surge a perspectiva de que a tradução pode ser re-territorializada, tendo a função política de evidenciar as particularidades internas de um idioma — a forma e a sintaxe, por exemplo, se tornariam maneiras de resistir à dominação da linguagem colonial. Apesar de não ser reconhecida a possibilidade de se desvincular a violência do processo de tradução, é possível historicizar o sujeito.

Se compararmos a tradução como mediação com a tradução como violência, poderemos identificar claramente algumas diferenças entre as propostas. Enquanto a tradução como mediação preocupa-se sobretudo com a adaptação conceitual e com a criação de “novos mundos” através de uma inovação da gramática política, intelectuais atravessadas pela violência da colonização enxergam com outros olhos: a inovação permanece, mas o abalo das estruturas de poder e de representação nestes espaços é tão dramático que impõe a necessidade de um avanço teórico-metodológico e epistemológico para pensar o processo de tradução. A concepção da tradução é profundamente alterada — não é mais entendida como mediação entre culturas, mas como imposição de uma a outra, agora subalternizada.

Torna-se indispensável pensar em como a tradução atua nas possibilidades de constituição do sujeito subalternizado pelo processo colonial. Assim, a tradução se apresenta como um ato ao mesmo tempo profundo e constante, realizado por todos os indivíduos fatalmente absorvidos pela cultura, e como uma racionalização da dominação que se dá pela imposição de sistemas de representação que,

⁵ Em um texto sobre tradução, parece essencial justificar a escolha dos termos e de suas respectivas traduções. Aqui, escolhemos traduzir “*culturing*”, como consta no original, como “culturização”, enquanto um termo que possibilita abarcar a ideia como um processo impositivo.

⁶ Aqui há uma óbvia correlação entre as sugestões da autora sobre a tradução com suas elaborações sobre subalternidade, em especial em relação ao seu livro “Pode o subalterno falar?” (2018), que poderá ser aprofundada em nossa agenda de pesquisa.

para além de causarem danos cognitivos aos sujeitos, impedem o reconhecimento de saberes e de subjetividades precedentes à colonização.

III. A TRADUÇÃO COMO TRANSFORMAÇÃO

A compreensão pós-colonial da tradução foi gestada, com o perdão da repetição, a partir de uma tradução do conceito de tradução elaborado por Antonio Gramsci em seus *Cadernos do Cárcere* (2024 [1926-1937]). Preocupado em tornar tangível a experiência da Revolução Russa à realidade italiana, Gramsci retornou constantemente a uma fala de Lenin no IV Congresso da Internacional Comunista (1973 [1922]) em que, apesar de destinada principalmente à análise da Nova Política Econômica, adverte às dificuldades de compreensão das resoluções do Partido por outras sociedades:

The resolution is *too Russian*, it reflects Russian experience. That is why it is quite unintelligible to foreigners, and they cannot be content with hanging it in a corner like an icon and praying to it. Nothing will be achieved that way. *They must assimilate part of the Russian experience. (...) We Russians must also find ways and means of explaining the principles of this resolution to the foreigners.* Unless we do that, it will be absolutely impossible for them to carry it out. (...) We are studying in the general sense. [*The foreigners*], however, must study in the special sense, in order that they may really understand the organisation, structure, method and content of revolutionary work. If they do that, I am sure the prospects of the world revolution will be not only good, but excellent (Lenin, 1973 [1922], p. 431-432 — destaques nossos).

Lenin, portanto, já pensava a tradução de forma mais complexa, retirando-a dos termos binários, mecânicos e exclusivamente linguísticos da transferência do significado das palavras de um idioma a outro, preocupando-se com a tradução de uma cultura a outra. O que se busca traduzir são experiências, sobretudo políticas, que não podem ser recepcionadas passivamente. Para o revolucionário russo, o problema seria a transmissão, por meio da tradução, de um conjunto de relações complexas e da experiência acumulada pelo processo revolucionário, de maneira que pudesse ser reformulada e absorvida por outros “mundos culturais” nos quais estavam imersos os Partidos Comunistas internacionais. A tradução não seria necessariamente poética, como de textos literários, mas de slogans, argumentos e estratégias políticas através das quais se estabeleçam relações entre a experiência

revolucionária russa às diferentes condições históricas, políticas e culturais da Europa ocidental (e, eventualmente, de todo o mundo).

A intenção não era transformar a experiência russa em uma generalização universalizante, mas apresentá-la em suas especificidades, permitindo a “assimilação” ou “reelaboração” a partir das particularidades concretas de outras culturas, com seu próprio contexto histórico e político. A reflexividade da tradução perpassa as características particulares da experiência russa, bem como as especificidades das formações sociais, culturais, políticas e históricas externas para possibilitar um encontro dialógico e dialético entre ambos. Sob o par conceitual de “tradução” e “tradutibilidade”, Gramsci avança sobre as reflexões de Lenin. A tradução se mostra como um pilar central da reformulação teórico-metodológica do marxismo realizada pelo autor: a teoria da tradutibilidade dialética entre discursos filosóficos, políticos e científicos, bem como entre história, filosofia e política baseia sua construção da filosofia da práxis (como releitura ou tradução do marxismo).

Os conceitos de tradução e tradutibilidade, intrinsecamente conectados, são desenvolvidos em três direções nos *Cadernos do Cárcere* (Thomas, 2025): a primeira envolve as condições de tradução de estratégias e técnicas políticas de uma formação e conjuntura histórica (política, social e cultural) para outra — levando, ao fim e ao cabo, à tradução de uma estratégia política em particular, a hegemonia, como uma categorização generalizante para a análise histórico-política; a segunda aparece como uma tentativa de teorização e generalização da primeira, na qual Gramsci argumenta pela teoria historicista da potencialidade da tradução entre culturas nacionais e linguísticas distintas, fundamentadas em uma “similaridade civilizacional”, se não há equivalência; e a terceira, que reforça e problematiza as anteriores, propõe uma teoria não-essencialista da tradutibilidade de discursos, compreendidos não apenas como sistemas de significação, mas como formas sociopolíticas de organização e ação que estão em conflito (incluindo-se na disputa por hegemonia).

A possibilidade concreta da tradução, ou seja, a tradutibilidade, nunca é dada, mas sempre construída por amplas relações de poder e de força pré-existentes entre as culturas, linguagens, gêneros, que estabelecem *a priori* a necessidade de tradução. Ao invés de pensar a tradução como a reprodução fiel do original, Gramsci a articula como um modelo de comunicação permanentemente incompleto — pois depende concomitantemente de seus interlocutores, do texto original e do texto traduzido,

evidenciando sua especificidade enquanto uma tradução, isto é, como uma forma de relação entre uma comunidade cultural e/ou linguística e/ou paradigma a outro (na qual ambos se dissolvem nas relações de tradução em identidades provisórias). Por isso sugerimos pensar na tradução gramsciana como um processo dialógico e dialético de transformação.

Apesar de a intelectualidade pós-colonial se debruçar sobre a tradução gramsciana e manter o conflito e os desníveis de poder no centro de sua conceituação, os avanços sobre os impactos da tradução na constituição do sujeito — entendendo-a como um processo necessariamente violento que incorre no que a tradição decolonial convencionou chamar de epistemicídio — não cabem em nossa proposta. Também mantivemos a centralidade da disputa política nesse processo, mas procuramos evidenciar outro aspecto: o da resistência inovadora, criativa, que não apenas persiste, mas retorna ao cânone e, em alguma medida, é capaz de transformá-lo.

IV. A DUPLA-TRADUÇÃO

Assim como os intelectuais vinculados aos estudos pós-coloniais, pensamos a tradução através das lentes do Sul Global e de Antonio Gramsci, chegando a conclusões parcialmente distintas. A proposta de pensar a circulação transnacional e, conseqüentemente, a tradução de ideias por meio da “dupla-tradução” busca evidenciar que o processo contrário da via de mão-dupla constituída pelo processo de tradução — comumente analisado para perceber a recepção de teorias do Norte pelo Sul Global (Góes & Bianchi, 2023; Richter, 2005) — também é fundamental para complementar a cognoscência deste complexo ato político, social e cultural de comunicação entre comunidades distintas.

Não se trata da proposta de um conceito inovador no sentido epistemológico, que cinde completamente das interpretações e aplicações da tradução que aqui foram discutidas, mas da observação a partir de um outro ponto de vista que, em alguma medida, privilegia uma leitura estrangeira de nossas traduções. O principal argumento é de que não apenas produzimos conhecimento e exercemos criativamente o processo de tradução, mas também somos lidos e traduzidos.

As ideias não surgem em um vácuo histórico, político e cultural e, sobretudo, as ideias circulam e re-circulam após serem traduzidas. Retomamos, aqui, a interpretação de Gramsci: a tradução parte de

um modelo de comunicação *permanentemente incompleto* que depende da elaboração e reelaboração constante, bem como da articulação não apenas de linguagens, paradigmas e idiomas, mas também entre texto, contexto e ação que estão incessantemente se transformando.

A dupla-tradução tem como objetivo principal, portanto, jogar luz sobre novas agendas de pesquisas que interpretem a transformação do pensamento político através dos processos de tradução e circulação de ideias entre Sul e Norte Global. A título de exemplo, alguns pontos de interesse que pretendemos eventualmente abordar incluem os conceitos de subalterno e subalternidade, elaborados por Antonio Gramsci, reinterpretados por intelectuais indianos no grupo *Subaltern Studies* e posteriormente circulados no Norte Global; e a teoria decolonial elaborada por intelectuais latino-americanos no grupo *Modernidad/Colonialidad*, que reinterpretam as relações de poder principalmente desde o marxismo e do pós-estruturalismo, eventualmente rompendo com estas tradições do pensamento — a teoria decolonial também re-circula e interpela intelectuais do Norte Global. Algumas elaborações como o “pretuguês”, da brasileira Lélia Gonzalez, também surgem no horizonte das possibilidades de interconexão entre as culturas constantemente traduzidas: incorpora-se no português os termos africanos que são transformados em uma nova interpretação linguística, cultural e política, ou seja, alteram fundamentalmente a língua do colonizador.

No momento, utilizamos a “dupla-tradução” para pensar o esforço realizado pelo peruano José María Arguedas na articulação entre os paradigmas e as linguagens da política, da antropologia e da literatura em suas produções literárias e acadêmicas. A perspectiva essencial está na articulação dos idiomas e das formas: enquanto *mestizo*, Arguedas era bilíngue, escrevendo e traduzindo o espanhol ao quéchua, e o quéchua ao espanhol. Impossibilitada a desvinculação da ação artística e intelectual de seu contexto político e cultural, Arguedas precisou escrever em espanhol, buscando retratar as subjetividades a princípio não-traduzíveis das comunidades indígenas dos Andes peruanos. Para torná-las tangíveis a um público relativamente desinteressado nestas diferenças (em especial no que se refere à dimensão afetiva contida na linguagem), Arguedas adequou, ou traduziu, a estrutura linguística e a cosmovisão desses povos em uma forma inédita contida principalmente em seus romances que contêm a síntese da tradução dialética e dialógica entre literatura, política e antropologia.

Acreditamos que este seja um ponto de partida para uma discussão teórico-metodológica interessante para o campo da História do Pensamento Político, passível de incorporação ao giro internacional, ao giro decolonial e aos usos da tradução.

REFERÊNCIAS

- APPIAH, Kwame. Thick Translation (1993). In VENUTI, Lawrence (Ed.). *The Translation Studies Reader*. 4ª Ed. New York: Routledge, 2021, p. 339-351.
- BRISSET, Annie. The Search for a Native Language: Translation and Cultural Identity (1990). In VENUTI, Lawrence (Ed.). *The Translation Studies Reader*. 4ª Ed. New York: Routledge, 2021, p. 289-319.
- GÓES, Camila; BIANCHI, Alvaro. Circulación y traducción del pensamiento político: intercambios, producción y hegemonía. *Res Pública — Revista de Historia de las Ideas Políticas*, v. 26, n. 3, 2023, p. 217-226.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: cadernos 10 e 11*. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.
- LENIN, Vladimir. *Lenin. Collected Works (v. 33)*. Moscou: Progress Publishers, 1973.
- NIRANJANA, Tejaswini. *Siting Translation: history, post-structuralism, and the colonial context*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- SPIVAK, Gayatri. The Politics of Translation (1993). In VENUTI, Lawrence (Ed.). *The Translation Studies Reader*. 4ª Ed. New York: Routledge, 2021, p. 320-338.
- SPIVAK, Gayatri. Questioned on Translation: Adrift. *Public Culture*, v. 13, n. 1, 2001, p. 13-22.
- SPIVAK, Gayatri. Translation as Culture. *Parallax*, v. 6, n. 1, 2000, p. 13-24.
- QU, Qiubai; LU, Xun. An Exchange on Translation (1931-1932). In VENUTI, Lawrence (Ed.). *The Translation Studies Reader*. 4ª Ed. New York: Routledge, 2021, p. 106-121.
- THOMAS, Peter. Against Ion's Chain: translatability in Antonio Gramsci's Prison Notebooks. In WILDER, Gary, et al. *Universality and Translation: sites of struggle in Philosophy and Politics*. New York: Fordham University Press, 2025, p. 221-247.
- RICHTER, Melvin. More than a two-way traffic: analyzing, translating and comparing political concepts from other cultures. *Contributions to the History of Concepts*, v. 1, n. 1, 2005, p. 217-228.

HOWLAND, Douglas. The predicament of ideas in culture: translation and historiography. *History and Theory*, n. 42, 2003, p. 45-60.

Os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES:

Mariana El Khoury: concepção, metodologia, investigação, escrita inicial.

Igor Marquezzine: revisão crítica, comentários.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: Os autores declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

Mariana El Khoury é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas e atua na linha de Teoria e Pensamento Político, dedicando-se especificamente ao Pensamento Político Latino-Americano. Participa do Laboratório de Pensamento Político (PEPOL) desde 2019 e do Macondo - Grupo de Estudos em Pensamento Político Latino-Americano desde 2025.

Igor Marquezzine é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas e atua na linha de Teoria e Pensamento Político. Participa do Laboratório de Pensamento Político (PEPOL-Unicamp) desde 2018 e do Macondo - Grupo de Estudos em Pensamento Político Latino-Americano desde 2025.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.